NOTA DE IMPRENSA

Assunto: Medicamentos para Hepatite C

Medicamentos Inovadores para tratamento de Hepatite C

Os medicamentos reservados exclusivamente para tratamento em meio

hospitalar e outros medicamentos sujeitos a receita médica restrita, como é o

caso dos medicamentos para o tratamento da Hepatite C, necessitam de

avaliação prévia antes da entrada no circuito hospitalar do Serviço Nacional de

Saúde (SNS).

Só após esta avaliação poderá considerar-se a sua autorização para uso no

SNS, com um preço que seja adequado aos benefícios potenciais deste

fármaco, quando comparado com outros inibidores de protease já usados em

Portugal.

De referir que não existe demonstração que o medicamento hoje referido na

imprensa, por si só, permita a erradicação da hepatite C em todos os doentes,

nem que os doentes alegadamente à espera de tratamento com este

medicamento não possam ter alternativa terapêutica.

Por outro lado estão a surgir novas moléculas para utilização combinada, pelo

que a escolha da terapêutica em cada caso concreto, deve ser criteriosa e

atender ao melhor conhecimento científico disponível em termos de custo-

efetividade

Neste processo de avaliação é ponderada a relação entre o valor terapêutico

acrescentado e o impacto para o SNS.

NOTA DE IMPRENSA



Segundo a base de dados europeia EURIPID, apesar deste medicamento ter indicação terapêutica estabelecida no espaço europeu, a sua comparticipação pública só está autorizada na Dinamarca.

À semelhança do que acontece noutros países, a decisão de aprovação e financiamento destas terapêuticas tem sido alvo de discussão intensa tendo em consideração a sustentabilidade dos sistemas de saúde.

Os critérios consensualizados por peritos que o INFARMED designar poderão sustentar a posição da Comissão Nacional de Farmácia Terapêutica incluindo as decisões de acesso a estes medicamentos enquanto decorre o processo de avaliação prévia.

Sublinha-se que o Infarmed continua empenhado para que haja introdução de novos medicamentos sem, contudo, abdicar das análises de custo-efetividade e de eficácia comparada, como sucede em todos os países desenvolvidos, que garantam a manutenção do acesso de todos os utentes aos cuidados necessários.